



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**  
**Gabinete Dep. João Madison**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER nº 29**

AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA nº 29, de 04 de março de 2021, que:

**“Altera o Art. 2º, o inciso I, do Art. 4º, os § 1º e 4º do Art. 7º, o Art. 8º, *caput* e parágrafo único, e Art. 9º da Lei nº 5120 de 19 de janeiro de 2000 e dá outras providências.”**

RELATOR: DEP. JOÃO MADISON.

**I – RELATÓRIO**

Em cumprimento às previsões definidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 5.120, de autoria do ilustre Deputado Franzé Silva.

O referido Projeto de Lei satisfaz plenamente às exigências formais fixadas nos regramentos constitucional e infraconstitucional, especialmente no que tange a competência de iniciar o processo legislativo uma vez que trata-se de atualização e ajustes na lei da Comissão de Estudos Territoriais do Estado do Piauí (CETE/PI), que é uma comissão especial deste Poder Legislativo que atua na reorganização dos territórios dos municípios piauienses entre outros temas.



Observa-se que a presente proposição objetiva atualizar as leis que regem o funcionamento da CETE/PI, uma vez que além de sua atribuição principal que é solucionar os litígios limítrofes entre os municípios piauienses, passou também a atuar no encaminhamento de soluções de litígios entre particulares e o Estado do Piauí, assim como nos litígios das divisas do Estado do Piauí com outros estados circunvizinhos buscando sempre a melhor forma de dirimir amigavelmente estes conflitos evitando a judicialização.

Examinando a questão passo a opinar.

Eis o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir o parecer por observância dos artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno desta Casa.

Preliminarmente, registra-se que não se divisa de qualquer situação de inconstitucionalidade formal ou material a combater, estando a proposição sob exame perfeitamente conformada as limitações formais e matérias ao poder reformador.

Cumpre ressaltar que a proposição tem como finalidade que Comissão de Estudos Territoriais do Estado do Piauí (CETE/PI) atinja seu objetivo de estabelecer com clareza a etapa final do processo administrativo de revisão dos limites territoriais dos municípios.

Nesse caso, afirmo não ter encontrado inobservância aos princípios constitucionais previstos a CF/88.

Destarte, manifesto-me pela aprovação desta proposição, em razão de sua constitucionalidade, legalidade e jurisdição, bem como a boa técnica legislativa apresentada.

Este é o meu parecer.

*4*

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, ____/____/____
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
_____
_____

*conjunta*

Concedido vista ao processo \_\_\_\_\_  
do Dep. *João Lima Zito*  
Em *27/04/2021* *Bruno Brito*  
*Neuinho*  
Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
*Justiça*

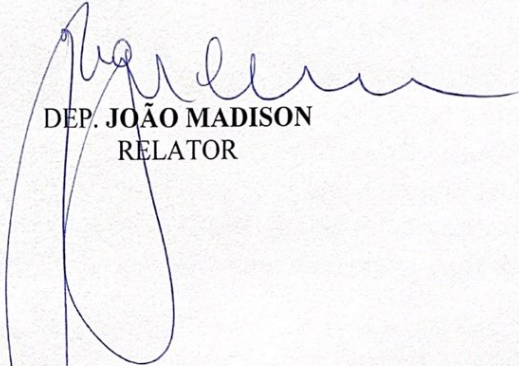


### III - PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (    )

Pela rejeição (    )



DEP. JOÃO MADISON  
RELATOR

Relator Dep. João Madison acata  
a emenda do Sr. Dep. Ziza Gonçalves.